



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



PARECER DA FUNDAMENTAÇÃO DA DESPESA

A Comissão Permanente de Licitação – CPL vem emitir parecer sobre o presente Processo Administrativo nº 2023.01.27.0002 que tem como objeto: Contratação de pessoa física ou empresa prestadora de serviços de segurança do trabalho visando a elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e o lançamento da carga inicial na plataforma e-social do evento referente à área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) evento S-2240.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Como é sabido, a Administração Pública não tem a liberdade de contratar conferida aos particulares, estando sujeita às formalidades contidas na Lei de Licitações e Contratos Administrativo Lei 8.666/93. Portanto, a regra é que a Administração realize suas contratações por intermédio de processo licitatório nos moldes da aludida Lei nº 8.666/1993. Não obstante o carácter de obrigatoriedade do certame, a lei comporta exceções, ressalvadas na própria Constituição, e consignadas nos artigos 24 e 25 da lei 8.666/1993, que preveem hipóteses de contratação direta através de processo de dispensa de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na citada lei. A hipótese de aquisição direta de bem ou serviço de pequeno vulto, de que se trata nestes autos, encontra previsão no art. 24 inciso II da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, que estatui:

Art.24, inciso II:

[...] II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”;



**Estado do Rio Grande do Norte
Município de Pau dos Ferros
Câmara Municipal de Pau dos Ferros
Palácio Ver. Francisco Lopes Torquato**



JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Portanto, a hipótese agasalhada pelo art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/1993, que dispensa a realização de licitação para aquisição de bens e outros serviços de valor até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), tem o claro objetivo de suprimir a realização de despesa com um procedimento formal para contratações de pequeno porte, cujo o trâmite oneraria a própria Administração, contrariando o princípio da economicidade, que preside todos os certames.

No caso concreto, observa-se que a despesa perfaz o menor valor de **R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)** conforme pesquisa mercadológica juntada ao processo, situando-se entre os limites legais acima transcritos.

Este é o parecer. Oportunamente, em que remeto os autos ao setor de Compras e Contratos para elaboração da minuta do contrato.

Pau dos Ferros/RN, 05 de junho de 2023.


Juarez Mesquita de Oliveira Junior
Membro da Comissão Permanente de Licitações